

O Movimento Psicanálise Autismo e Saúde Pública(MPASP)

O MPASP começou sua articulação no final de 2012 como resposta a diversas tentativas que visavam excluir as práticas psicanalíticas de políticas públicas para o atendimento da pessoa com autismo. Ele reúne profissionais de diferentes áreas da saúde e da educação que, orientados pela ética da Psicanálise, trabalham no campo da Saúde Mental em instituições clínicas e acadêmicas nas redes públicas e privada, em vários Estados Brasileiros. Dessa forma, o Movimento MPASP se articula com o Campo da Saúde Pública Brasileira.

E vem se consolidando através das ações políticas, trabalhos científicos, trocas de experiências clínicas, intervenções institucionais e a realização de jornadas, produzindo e divulgando um consistente trabalho teórico-clínico psicanalítico e participando em outras redes e coletivos.

Nessa direção, a cada dia, sua rede virtual favorece debates na construção e elaboração de políticas públicas, intervindo em situações desfavoráveis e reducionistas que não levam em conta a subjetividade e a singularidade das pessoas com graves transtornos psíquicos e de suas famílias. Em alguns momentos, a rede estendeu suas ações além do foco do autismo, abrindo outras portas nos campos da Saúde Mental e da Infância, discutindo temas pertinentes.

Defendemos o desenvolvimento de políticas públicas que questionem a patologização da condição humana e a medicalização do sofrimento psíquico, especialmente na infância. E a partir desses princípios, o MPASP se alinha às diretrizes que fundamentam o Sistema Único de Saúde (SUS) e apoia práticas que sustentem sua implementação como:

- A ampliação da rede pública de serviços de saúde que contemplem os cuidados em saúde mental infantil;
- O investimento em formação e capacitação dos profissionais da rede pública de saúde, educação, assistência social, justiça e cultura;
- A implementação do Documento Linha de Cuidado para a Atenção das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista e suas Famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde/SUS elaborado com o Ministério da Saúde;

- O tratamento da pessoa com autismo e de sua família por meio de um trabalho interdisciplinar, intersetorial, territorial e em rede;
- A pluralidade de métodos e abordagens de tratamento ;
- A detecção e intervenção precoces diante de sinais de risco para o desenvolvimento infantil.

Assim, o Movimento participa, como convidado, do Comitê Nacional de Assessoramento para Qualificação da Atenção à Saúde das Pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo(TEA), junto ao Ministério da Saúde e articula importantes ações locais junto a estados e municípios de diferentes regiões do Brasil, por meio da participação de seus membros. Alguns colegas estiveram presentes e apresentaram seus trabalhos em uma Audiência Pública do Ministério Público Estadual de SP e também, nos encontros chamados “Vozes do SUS“ tivemos a interlocução do MPASP com gestores dos equipamentos públicos e com os trabalhadores da rede de Saúde Mental.

O Movimento caminhou ao longo desses três anos, com esta clínica tão complexa e com cenário político variável, na direção de ressaltar o singular e defendendo a pluralidade de concepções quanto aos diagnósticos e tratamentos existentes para as pessoas com autismo. E quanto à questão da medicalização, o grupo gestor estimulou na rede a elaboração do texto “Muito Além da Risperidona” que apontava equívocos nessa política medicamentosa para autistas e conseguiu com sua intervenção que o Ministério da Saúde através do Campo da Saúde Mental, apoiasse nosso texto.

Da mesma forma, conseguimos a inclusão do Documento Linha de Cuidado para Pessoas com Autismo e suas Famílias na Rede Psicossocial(RAPS) pactuada entre Estado e Município de São Paulo. Há muito trabalho a se fazer na rede psicossocial: a utilização de instrumentos para detecção precoce e intervenção, investimento nas equipes clínicas multiprofissionais com formação continuada, articulação multidisciplinar, intersetorial e territorial para avançar na implantação de novos dispositivos de políticas públicas de saúde. Do mesmo modo, dar voz a experiências de tratamento já realizadas ou em andamento no Brasil. Por isso, a rede MPASP em São Paulo tem articulações com núcleos de trabalhos com Autismo em vários Estados Brasileiros: Ceará, Pernambuco, Salvador, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul.

Destacamos a realização do primeiro filme do MPASP “O silêncio que fala” direção de Miriam Chnaiderman e produção do Grupo de trabalho 9 do MPASP. Com certeza, outros virão.

O coletivo conta com a contribuição financeira de todos os participantes e as instituições que contribuíram e que vem contribuindo para a consolidação e sustentabilidade das ações do MPASP e esta atitude tem permitido ampliar e sustentar um lugar para a psicanálise (ética e práxis) na reafirmação das políticas públicas.

Para aqueles que quiserem saber mais sobre o nosso movimento, informamos que temos um blog <http://psicanaliseautismoesaudepublica.wordpress.com> e contatompasp@gmail.com.

O MPASP tem o propósito de qualificar o debate no campo científico e no campo político quanto aos transtornos graves na infância, colocando a Saúde Mental Infantil na agenda das prioridades das Políticas Públicas.

Denise Maria Cardoso Cardellini

Membro do Departamento de Psicanálise

Grupo Gestor MPASP 2014 -2016